



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES  
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

**NOTAS SOBRE A FUNDAÇÃO DA PRIMEIRA  
BIBLIOTECA PÚBLICA DE SÃO PAULO (1825-1827)**

ALEX LOURENÇO

SÃO PAULO

2022

Alex Lourenço

**Notas sobre a fundação da primeira  
biblioteca pública de São Paulo (1825-1827)**

Notes on the founding of the first  
public library of São Paulo (1825-1827)

Notes sur la fondation de la première  
bibliothèque publique de São Paulo (1825-1827)

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Departamento de  
Informação e Cultura da Escola de  
Comunicações e Artes da  
Universidade de São Paulo como  
requisito parcial para obtenção do  
título de Bacharel em  
Biblioteconomia e Ciência da  
Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia  
Maciel Barbosa de Oliveira.

**Versão final**

São Paulo  
2022

## FICHA CATALOGRÁFICA

LOURENÇO, Alex. **Notas sobre a fundação da primeira biblioteca pública de São Paulo (1825-1827)**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo  
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

---

Lourenço, Alex  
Notas sobre a fundação da primeira biblioteca pública de São Paulo (1825-1827) / Alex Lourenço; orientadora, Lucia Maciel Barbosa de Oliveira. - São Paulo, 2022.  
57 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Departamento de Informação e Cultura / Escola de  
Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.  
Bibliografia

1. Biblioteca Pública de São Paulo. 2. Bibliotecas públicas. 3. História das bibliotecas. 4. História das instituições culturais. 5. História de São Paulo. I. Oliveira, Lucia Maciel Barbosa de. II. Título.

027.081

CDD 21.ed. -

---

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

## FOLHA DE APROVAÇÃO

---

Nome: Alex Lourenço

Título: Notas sobre a fundação da primeira biblioteca pública de São Paulo (1825-1827)

Defesa em: 19 de dezembro de 2022

Banca avaliadora:

---

Profa. Dra. Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

---

Ma. Maria Lucia Beffa

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

---

Dr. Leonardo da Silva de Assis

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Dedico este trabalho à velhinha e ao velhinho que me ensinaram o que são a *memória* e a *história*, como também a importância de respeitar aqueles que sabem guardá-las, Dona Cícera e Seu Everaldo, meus avôs maternos.

“Não existe cultura sem passado.”  
(GILBERTO GIL, 2020).

“[...] o marco histórico das concepções que a biblioteca pública atravessou não pode ser esquecido, pois é na constante reflexão sobre os modos e os usos das bibliotecas do passado que podemos medir a eficácia da realidade contemporânea nas políticas culturais voltadas para a informação pública.”  
(CRIPPA, 2013, p. 224).

## AGRADECIMENTOS

---

Antes de tudo, pela vida, agradeço à minha mãe e ao meu pai e a todos aqueles das mesmas minhas origens que vieram antes de mim, que *assentaram* o chão pelo qual caminho desde quando nasci.

Além desses, agradeço àquelas contemporâneas com quem tenho percorrido a caminhada desde quando nasceram, minhas irmãs. Também da família, e de alguma forma meu filho, agradeço ao *Senhor* Soneca que nas noites frias e solitárias, deitou em meu colo e carinhosamente cuidou de mim nos últimos anos.

Também agradeço aqueles com quem tenho dividido a vida desde quando nossas vidas se achegaram, os amigos. Desses, em particular, agradeço aos que estiveram comigo desde o curso Técnico em Biblioteconomia no Centro Paula Souza. Vocês foram essenciais para o início de todas as minhas reflexões no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Comecei a rascunhar estes agradecimentos no ônibus ao voltar para casa de mais um expediente de trabalho em uma biblioteca. É uma noite fria e o pouco movimento que há está em trânsito justamente pelo trabalho daqueles que me levaram de *lá para cá* em todos os últimos anos percorrendo a cidade para ir às aulas e ao trabalho, rotina que mantive duramente nos últimos seis anos. Agradeço, então, aos motoristas de ônibus que têm levado meu corpo e minha cabeça pelos caminhos que percorri até aqui. Caminhos longos que foram preenchidos por leituras de textos acadêmicos, para formação do *eu* pesquisador, e literários, para formação do *eu* espiritual.

“Por que você não faz Biblioteconomia?”, perguntou-me a professora de Artes da segunda série do ensino médio. Sua pergunta veio após perceber tanto tempo que eu passava entre uma aula e outra na biblioteca da escola. Eu, sem saber do que se tratava ainda esse campo, respondi à pergunta com um questionamento que me seria respondido nos anos seguintes: “Biblio... o quê...?”. Respondido fui: Biblioteconomia, o curso dos bibliotecários. Aquele eu aspirante ao Jornalismo, Literatura, e História, procurou saber mais acerca desse curso. A essa professora e a todas as outras e outros que me auxiliaram a me formar do ensino infantil ao universitário, agradeço. Aos professores, tanto do Departamento de Informação e Cultura, como também das outras escolas e institutos da Universidade de São Paulo nos quais cursei disciplinas, agradeço pelas aulas e contribuições teóricas. Destaco desses a minha orientadora, que aceitou iniciar esta travessia comigo em pesquisar sobre a história das bibliotecas brasileiras mais de um ano antes da entrega deste trabalho, enquanto projeto de iniciação científica.

Além dos professores, houve outros educadores na minha formação além dos espaços formais de ensino: os bibliotecários. E a todos agradeço muitíssimo. Desses, especialmente, agradeço aos bibliotecários das bibliotecas das quais consultei livros e demais materiais que subsidiaram esta pesquisa e todas as outras que realizei durante a graduação. Além desses, também de modo especial, aos bibliotecários da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, sobretudo a Diretora da equipe, que juntos contribuíram para que eu me encontrasse profissional e academicamente.

Por fim, agradeço a mim, que me sustentou para chegar até aqui e ainda almeja percorrer outros patamares na vida acadêmica.

## RESUMO

---

Este trabalho visou pesquisar acerca da fundação da primeira biblioteca pública de São Paulo no século XIX. Foram observados os processos que culminaram na fundação da biblioteca e, a fim de contextualizá-la em seu tempo histórico, a São Paulo da época, no que diz respeito à sua estrutura cultural e econômica. Além disso, foi revisitado o conceito de biblioteca e de seu caráter público através da história. Utilizaram-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa em documentos primários a partir de perspectiva biblioteconômica-histórica, como a intersecção entre análises comumente utilizadas pelos campos de estudo da Biblioteconomia e da História. Conclui-se que o processo de fundação da Biblioteca Pública Oficial de São Paulo possuiu características liberais comuns à sua época, resultante do projeto instituído pelo então presidente da província paulistana que visava melhorar a instrução dos habitantes da província a fim de alçá-la a uma das principais regiões do Brasil Império.

**Palavras-chave:** Biblioteca Pública de São Paulo; Bibliotecas públicas; História das bibliotecas; História das instituições culturais; História de São Paulo.

## ABSTRACT

---

This work aimed to research about the foundation of the first public library in São Paulo in the 19th century. The processes that culminated in the foundation of the library were observed and, in order to contextualize it in its historical time, in São Paulo at the time, with regard to its cultural and economic structure. In addition, the concept of the library and its public character throughout history was revisited. Bibliographic research and research in primary documents were used from a library-historical perspective, as the intersection between analyzes commonly used by the fields of study of Library Science and History. It is concluded that the founding process of the Official Public Library of São Paulo had liberal characteristics common to its time, resulting from the project instituted by the then president of the province of São Paulo that aimed to improve the education of the inhabitants of the province in order to raise it to a of the main regions of Empire Brazil.

**Keywords:** São Paulo Public Library; Public Libraries; History of libraries; History of cultural institutions; History of Sao Paulo.

## RESUMÉ

---

Ce travail visait à faire des recherches sur la fondation de la première bibliothèque publique de São Paulo au XIXe siècle. Les processus qui ont abouti à la fondation de la bibliothèque ont été observés et, afin de la contextualiser dans son époque historique, à São Paulo à l'époque, au regard de sa structure culturelle et économique. De plus, le concept de bibliothèque et son caractère public à travers l'histoire ont été revisités. La recherche bibliographique et la recherche dans les documents primaires ont été utilisées dans une perspective bibliothécaire, comme l'intersection entre les analyses couramment utilisées par les domaines d'études de la bibliothéconomie et de l'histoire. Il est conclu que le processus de fondation de la Bibliothèque publique officielle de São Paulo avait des caractéristiques libérales communes à son époque, résultant du projet institué par le président de la province de São Paulo qui visait à améliorer l'éducation des habitants de la province. afin de l'élever à l'une des principales régions de l'Empire Brésil.

**Mots-clés:** Bibliothèque publique de São Paulo; Biblioteque publique; Histoire des bibliothèques; Histoire des institutions culturelles; Histoire de São Paulo.

## SUMÁRIO

---

<b>PREÂMBULO .....</b>	<b>12</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
Procedimentos metodológicos .....	18
Justificativa.....	20
Da organização do texto .....	20
<b>1 A IDEIA DE BIBLIOTECA E O CARÁTER PÚBLICO.....</b>	<b>21</b>
<b>2 BIBLIOTECA PÚBLICA NO BRASIL: ORIGENS E FUNDAMENTOS .....</b>	<b>27</b>
<b>3 A PAULICÉIA OITOCENTISTA.....</b>	<b>35</b>
<b>4 HABEMUS UMA BIBLIOTECA PÚBLICA EM SÃO PAULO .....</b>	<b>40</b>
4.1 Antecedentes históricos à fundação.....	40
4.2 Do acervo .....	44
4.3 O bibliotecário, o primeiro de São Paulo .....	46
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>52</b>

## **PREÂMBULO**

---

Refletir sobre as bibliotecas públicas é prática comum desde o curso técnico que realizei na área da Biblioteconomia, pelo Centro Paula Souza, há seis anos. Na época, interessei-me por investigar a importância do trabalho do bibliotecário atrelado à ação cultural nesses equipamentos. Anos mais tarde, durante o curso de Bacharelado em Biblioteconomia, pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, tomei a história das bibliotecas públicas como tema de pesquisa de minha Iniciação Científica e, posteriormente, para este Trabalho de Conclusão de Curso.

Pude reconstruir um breve histórico das bibliotecas públicas brasileiras enquanto instituição para que, em seguida, fosse possível refletir de forma mais adensada sobre a história de uma biblioteca pública específica: a da província de São Paulo, constituída há quase dois séculos. Essas investigações realizadas ao longo de minha graduação apontaram para o que, atualmente, identifico como minha área de interesse de pesquisa enquanto bibliotecário-pesquisador.

Sinto-me entrelaçado a esses temas desde quando pude trabalhar na biblioteca que sucedeu àquela primeira de São Paulo, objeto de estudo deste trabalho. Parece-me, agora olhando todo o meu percurso enquanto bibliotecário e pesquisador em formação, que a partir dessa experiência diária de trabalho no espaço disparador do que se chama hoje de bibliotecas paulistanas, comecei a me formar como pensador dos espaços que, congruentemente, me auxiliaram a pensar: as bibliotecas.

Nesse sentido, refletir sobre bibliotecas, sobretudo as públicas, construiu-se não apenas como uma possibilidade de tema de pesquisa para este trabalho, mas sim, como um tema para levar a outros terrenos e territórios. Assim, concordo com Maxwell Alexandre (2017) quando diz que é necessário “desaprender da ideia de achar que isso aqui é um trabalho pronto”. *Esta* pesquisa é apenas um pontapé para outros trabalhos e reflexões que hei de fazer acerca da história dos acervos, coleções, bibliotecas e demais equipamentos culturais brasileiros que tanto têm sido minha paixão e motivo de entrada no campo da Biblioteconomia, como também a minha permanência nele.

A fim de avançar nas reflexões sobre essas temáticas, avista-se compor outras pesquisas assim que possível, pois, se é trabalho da Ciência da Informação estudar da produção, origem, circulação até o uso e apropriação da informação (TÁLAMO, SMIT, 2007), entende-se que também é do interesse desse campo discutir a constituição dos espaços de informação e cultura, aos quais pertencem os materiais em que estão retidas as informações.

Desejo-lhes, por fim, uma boa leitura do que partilho aqui!

## INTRODUÇÃO

---

Desde a antiguidade, a biblioteca mantém para si a missão de salvaguardar os pensamentos humanos quando registrados. Trata-se, então, de uma instituição guardadora de memórias. Logo, refletir sobre a biblioteca presume refletir, também, sobre a história e dos seus registros.

Em primeiro momento, ligadas aos mosteiros e demais casas religiosas católicas, muçulmanas, bem como outras religiões, as bibliotecas foram verdadeiros receptáculos de *estórias*. Possuidoras de códices, incunábulos, e posteriormente livros como conhecidos hoje, esses espaços foram responsáveis por deixar que ideias registradas num tempo longínquo ao presente pudessem ser consultadas.

Hoje, as bibliotecas, sobretudo as públicas, desenvolvem e oferecem serviços ultra necessários para o funcionamento da sociedade. Num tempo como o nosso com tanta circulação de informações, com circuitos culturais tão emaranhados entre si, dada a globalização, é imprescindível um espaço que possa dar acesso e viabilizar a apropriação dos bens culturais e informacionais com boa curadoria. Nesse sentido, é necessário refletir sobre a instituição que potencialmente mais realiza esse trabalho.

Dois importantes documentos que oficializam esses serviços da biblioteca pública são o *Manifesto de Bibliotecas Públicas* da Federação Internacional de Associações e Instituições

Bibliotecárias (IFLA) (1994)<sup>1</sup> e *O serviço da biblioteca pública* (2001, tradução nossa)<sup>2</sup>.

Nesses documentos, ponderam-se os serviços mínimos que toda biblioteca pública ao redor do mundo deve realizar. Entendida essa instituição como uma “[...] porta de acesso local ao conhecimento”, apesar de romântica a visão, corrobora-se para isso a missão reconhecida da biblioteca pública, que é subsidiar “[...] as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais.” (IFLA, 1994, não paginado). Tudo isso ofertado, a priori, sem distinção de raça, crédulo, sexo, ou quaisquer outras condições e distinções sociais.

Constam, assim, as regras gerais para institucionalização de uma biblioteca pública na contemporaneidade. Todavia, apesar dos esforços das esferas biblioteconômicas brasileiras, é preciso relembrar que esse equipamento não está recebendo a atenção que merece por parte de quem deveria fornecer os insumos básicos para seu funcionamento, o que dificulta realizar o cumprimento de suas atividades.

No Brasil, nos últimos cinco anos, foram perdidas cerca de 800 unidades desse equipamento cultural (CARRANÇA, 2022). Tal quadro são possíveis resultados da conjuntura sociopolítica de cunho, sobretudo, neoliberal, que tem atravessado o país, com pouca injeção de dinheiro público para a educação e demais

---

<sup>1</sup> Reconhece-se a atualização do Manifesto da IFLA, publicada em julho de 2022, após a realização do levantamento e escolha de materiais e fontes informacionais para esta pesquisa. Por isso, a fim de realizar boas práticas científicas não foi observado o manifesto atualizado. Aos desdobramentos deste trabalho, ponderar-se-á consultá-lo e aprofundar em seu conteúdo.

<sup>2</sup> Publicação não traduzida para o português-brasileiro. No original, *The Public Library Service*.

serviços públicos (SALDIVA; VERAS, 2018). Outra colaboração potencial para esse saldo problemático são os diversos impasses presentes na construção e manutenção de um órgão federal brasileiro que cuidasse do *cultural*, dos sistemas e departamentos responsáveis pelas questões de gestão e política cultural (MOTA; MOREIRA, 2019).

A despeito de qualquer caráter analítico ou não da realidade presente, este trabalho não visou olhar para esse equipamento cultural na modernidade. Contudo, é imprescindível tecer sobre questões contemporâneas a fim de suscitar reflexões sobre como esse equipamento cultural tem sido tratado no Brasil.

Dito isso, quis-se percorrer o momento em que essas instituições de leitura foram implantadas em território nacional, nos idos dos anos Oitocentos, período fulcral para o desenvolvimento das primeiras “políticas culturais”<sup>3</sup> nacionais do livro, bibliotecas, museus e da imprensa, como apontado por Meirelles (2017). Tal interesse despontou do desejo em entender a biblioteca pública no território brasileiro e, para isso, procurou-se compreender o nascimento da primeira situada mais próxima de onde este trabalho foi realizado, em São Paulo.

O fato central é que, ao longo de treze anos (1808-1821), essas novas instituições mudariam, definitivamente, a face da América Portuguesa. Para além da criação de um conjunto significativo de órgãos administrativos, militares e judiciários como a Intendência da Polícia, a Real Academia Militar, a Casa da Suplicação, os régios tribunais do Desembargo do Paço, a Mesa de Consciência e Ordens, o Conselho de Justiça, entre muitos outros, houve a implantação de instituições régias, as quais,

---

<sup>3</sup> Cabe salientar o uso anacrônico, proposital, do termo *política cultural*, pois em razão das posturas “ilustradas e mecenas” dos governantes nos *Brasis* Colônia e Império, é impróprio vincular a esses períodos a inauguração de políticas culturais no país. Sobre esse aspecto, recomenda-se a leitura de Rubim (2007).

mesmo vinculadas à manutenção da ordem política, **possuíam um caráter científico e cultural que propalava uma nova perspectiva e realidade acerca da constituição do saber.** (MEIRELLES, 2017, não paginado, grifo nosso).

Nesse sentido, observou-se com atenção uma instituição com maior proximidade a esse caráter citado acima, que fora instalada na província de São Paulo na metade da segunda década dos anos Oitocentos: a primeira Biblioteca Pública Oficial de São Paulo. Para tanto, verificou-se a fundação da biblioteca, com o propósito de entender o seu nascimento e sua importância como a primeira instituição pública de leitura na Cidade de São Paulo, no contexto do Brasil Império. A pergunta de pesquisa foi a seguinte: como e por que a primeira biblioteca pública despontou na cidade de São Paulo?

Identificou-se, então, a necessidade de contextualizar a província de São Paulo à época. Tal perspectiva traduziu-se em uma seção específica neste texto. Além disso, não longe do contexto específico da província paulistana e de sua biblioteca, buscou-se identificar a conceituação de biblioteca e do seu caráter público pela história. E, ainda, percorreu-se brevemente a história das bibliotecas públicas brasileiras do século XIX, a fim de identificar o objeto principal desta pesquisa dentro do contexto da abertura de suas bibliotecas irmãs brasileiras.

Tal abordagem condiz com o pontuado por Azevedo (2012), ao comentar sobre a importância da intersecção entre as análises comumente utilizadas pelos campos de estudo da História e da Biblioteconomia. Recomenda-se, assim, que as formas de busca, e de análise da História sejam atribuídas pelos bibliotecários-pesquisadores, sobretudo no que tange aos temas pouco pesquisados na área. Segundo o autor, tais temas referem-se às

esferas de formação das bibliotecas e dos seus acervos, assim como dos usuários e dos leitores desses espaços e coleções.

Diante disso, o trabalho buscou narrar os fatos da fundação da biblioteca pesquisada, a partir da contextualização dos integrantes do processo de instalação da própria biblioteca, em concordância a Azevedo e Ferreira (2021):

Bibliotecas, arquivos e centros de documentação são **instituições criadas por sociedades determinadas em momentos históricos específicos**. Sua concepção, construção, métodos e processos administrativos, assim como a sua manutenção e prevenção, estão intrinsecamente relacionados ao seu tempo e ambiente político, econômico e social [...]. (AZEVEDO; FERREIRA, 2021, p. 212, grifo nosso).

## Procedimentos metodológicos

Assim, no trabalho foi utilizada a própria “metodologia” defendida pelo autor supracitado. Assemelha-se a defesa de Azevedo (2012) à feita por Rubens Borba de Moraes (2006), que anos antes defendia as mesmas prerrogativas para a área da Biblioteconomia. Ressalta-se que essas contribuições e trocas metodológicas não devam ser entendidas como substitutas da Biblioteconomia e Ciência da Informação pela História, mas sim de modo transdisciplinar bem como Tálamo e Smit (2007) apresentam potenciais e necessárias.

Baseado em Severino (2013), foi utilizada a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo para levantar informações quanto ao objeto pesquisado. Os recursos de busca para localizar essas referências foram: Portal de Busca Integrada da Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais da Universidade de São Paulo (ABCD-USP), que estão incluídas bases de conteúdos

acadêmicos tais como Portal de Revistas da USP, Repositório da Produção da USP, Biblioteca Digital de Obras Raras, Portal e Aulas, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, dentre outras; a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci); e o Catálogo do Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo (SMB). Desses, foram extraídos livros e artigos que embasaram esta pesquisa.

A busca nessas bases de conteúdos visou as seguintes palavras-chave ou termos de busca: Bibliotecas; Bibliotecas públicas; História das bibliotecas; História dos equipamentos culturais; São Paulo (Século 19); Brasil (Século 19); e suas formas semelhantes, levando em consideração o Vocabulário Controlado da USP e o Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação.

Diante dos necessários protocolos de distanciamento físicos devido à pandemia de covid-19, ainda, quando possível, e necessário, foi realizada pesquisa documental na instituição que hoje sucede à Biblioteca Pública da Província de São Paulo aqui pesquisada, a Biblioteca da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Tal órgão possui acervo considerável acerca da sua história e memória institucional, salvaguardado por seu Serviço de Documentação e Biblioteca, no qual se incluem o arquivo e o museu do espaço, além das próprias bibliotecas. Infelizmente, pouco se obteve devido à reforma pela qual o espaço passava enquanto buscavam-se os subsídios teóricos para esta pesquisa.

## **Justificativa**

Como pontuado por Ellis (1954, p. 388), São Paulo não passava de um “modesto aglomerado oitocentista”, que não congregava população nem de duas dezenas de milhar, colocando a província como humilde frente às cidades que seguiam nascendo Brasil adentro. Contudo, como aponta Hallewell (2012, p. 336), foi nesse terreno que nasceu a vida acadêmica na cidade que se tornaria uma das principais metrópoles da América Latina, a partir da fundação da sua primeira escola superior de Direito que, por sua vez, só foi realizada por haver uma biblioteca pública na província. Nesse sentido, justifica-se esta pesquisa a fim de entender o processo de instalação de um equipamento cultural em São Paulo como o pesquisado aqui.

## **Da organização do texto**

Primeiramente, discorre-se sobre o conceito de biblioteca e o seu caráter público. Sem demora, expõem-se as primeiras bibliotecas públicas abertas no país. Apresenta-se uma seção sobre São Paulo na época da abertura da sua primeira biblioteca pública, início de 1800. Posteriormente, responde-se à pergunta deste trabalho, ao descrever o processo de fundação da primeira biblioteca pública de São Paulo. Por fim, tece-se um alinhavo final sobre a pesquisa.

## **1 A IDEIA DE BIBLIOTECA E O CARÁTER PÚBLICO**

---

Observar a construção das organizações de acervos bibliográficos pelas cidades é uma forma de conhecer não somente as instituições fundadas, mas também os espaços em que elas estão inseridas. Aprender acerca das instituições coletoras e organizadoras dos bens culturais e informacionais é, também, compreender sobre as ideias presentes nas sociedades em função das motivações que as levaram a ditar o que deveria ou não ser guardado para posterior consulta. Ou seja, as instituições guardadoras dos bens materiais, socialmente postuladas como necessárias e importantes para identidade local ou nacional, têm o poder de representar aquilo que as ideologias da época ditam como valiosos. Nesse sentido, as bibliotecas públicas possuem maior aderência a essa função já que entre as suas missões está a promoção e conservação do patrimônio cultural, sobretudo bibliográfico, dos espaços em que estão inseridas, como prescreve a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (1994).

A biblioteca possui milênios de existência e configura-se na contemporaneidade como um importante equipamento cultural. Por vezes tratada somente como um prédio bonito no centro da cidade e noutras como casa de conhecimento e cultura (MILANESI, 2003), a biblioteca preserva memórias e histórias registradas de parte daqueles que, em algum momento, puderam ter suas ideias, sobretudo aquelas manifestadas pela escrita, reconhecidas como obras – literárias ou não –, que, por honra e mérito do autor ou pela sua indubitável contribuição à humanidade, deveriam ser mantidas para a posteridade.

O entendimento desse equipamento cultural pelo senso comum é muitas vezes banal e sua palavra, hoje, provoca pouca ressonância. Barbier (2018, p. 18) chama atenção para isso: "[...] se todos acham que sabem o que é um livro, ou uma biblioteca, é porque a palavra, empregada todos os dias e "sem pensar", não parece mais colocar problemas."

Face a isso, já que *biblioteca* aqui é objeto de estudo, viu-se a necessidade de verificar, de maneira adensada, do que trata o termo biblioteca. Identificou-se uma grande polissemia, o que justifica olhar de maneira mais atenta para isso e, adiante, olhar as bibliotecas.

Da mesma forma que Barbier, os autores Azevedo e Ferreira (2021, p. 214) chamam atenção para pensar sobre os termos e conceitos de modo a localizá-los em seus espaços e tempos históricos. Sob a perspectiva de exercer uma abordagem metodológica a fim de "desnaturalizar" a ideia de biblioteca, a seguir contextualiza-se esse espaço de cultura e informação.

Espaços de guarda foram as primeiras formas de delimitar o que seria uma biblioteca. A salvaguarda dos registros humanos era – e ainda é – a substância que molda o trabalho dessa casa de conhecimento. Tal papel coube à biblioteca dada a necessidade do ser humano de registrar o que pensava e fazia. Enfim, registrar a sua própria existência. E, para tanto, os que vinham depois precisavam ter as ideias de seus antepassados guardadas.

Não há um produto novo sem que se conheçam os anteriores. Essa necessidade criou no homem o constante retorno à sua própria criação: o registro de um pensamento, de um sentimento, de fórmulas ou formas poéticas – todos em algum lugar no tempo e no espaço. (MILANESI, 2002, p. 33).

À biblioteca reservou-se, então, a missão de ser o lar dos registros dos pensamentos humanos.

Vale denotar *quais* pensamentos, *de quem* e *como*. Os materiais salvaguardados sempre estão situados em contextos históricos e, por conseguinte, o desenvolvimento dessas coleções refletem a prática de escolher, ou seja, *selecionar, incluir e ou excluir* o que se mantém ou não num dado acervo (VERGUEIRO, 2010), podendo manifestar os preconceitos existentes através da subjugação de determinadas produções, retirando-as dos circuitos culturais formais por não estarem organizados em acervos<sup>4</sup>.

De origem grega, βιβλιοθήκη, biblioteca dizia respeito ao móvel no qual eram guardados os primeiros materiais ancestrais do livro, os rolos (*volumina*) e os cadernos (*codices*), ou seja, tratava-se então de um armário e ou depósito de livros (BARBIER, 2018, MILANESI, 1988, 2002). Por metonímia, o emprego da palavra, em latim, *bibliotheca*, é posto também para os cômodos em que esses "livros" ficavam guardados, e, adjacente a isso, a todo o prédio. Não obstante, vai-se empregar, ainda, biblioteca para o conjunto de escritos que se transformam em uma coleção. Exemplos são o Antigo Testamento e os poemas homéricos:

O Antigo Testamento é considerado como uma "biblioteca", assim como os poemas homéricos, porque são textos contendo toda a experiência humana. Os escritos dos Padres da Igreja formam uma biblioteca, a Bibliotheca Patrum, enquanto os eruditos La Croix du Maine et du Verdier publicam no final do século XVI suas duas Bibliothèques françoises, que são uma bibliografia nacional retrospectiva". A acepção passará pouco a pouco para

---

<sup>4</sup> Acerca da prática de desenvolvimento de coleções e as implicações da circulação de obras produzidas por sujeitos subalternizados, circunscritos em sociedades racistas e sexistas, recomendam-se as leituras de Lima et al. (2018), Simioni e Eleutério (2018), Santos et al. (2020), e Lourenço, Nogueira e Valério (2022).

a de coleção editorial (a "Bibliothèque verte" da editora Hachette). É por essa mesma lógica que a palavra "biblioteca" é hoje aplicada a um conjunto de textos desmaterializados e disponibilizados para o leitor por intermédio da internet: são as "bibliotecas digitais" ou "bibliotecas virtuais, do tipo de Google Books, ou de Gallica para a Biblioteca Nacional da França. (BARBIER, 2018, p. 18).

Desde a Antiguidade advém a missão de bibliotecas como a de Alexandria, criada com o objetivo utópico de salvaguardar pelo menos um exemplar de todos os livros existentes no mundo à época. De modo semelhante aos gabinetes de curiosidades na Idade Média, a biblioteca estabeleceu-se como lugar máximo da possibilidade de se ter, num espaço somente, representações de diversas partes do mundo.

Mais tarde, o francês Gabriel Naudé (1600-1653), apresentou um quadro de entendimento desse espaço como instituição *pública*. O seu trabalho foi dado de maneira a estabelecer conselhos para se formar uma biblioteca: *Advis pour dresser une bibliothèque* (1627)<sup>5</sup>.

O interesse público referido pelo bibliotecário parece uma recuperação do objetivo da já antiga Biblioteca de Alexandria. Para ele, a biblioteca deveria ser universal, ao conter toda qualidade de autores, com materiais de todos os assuntos que pudessem interessar à humanidade (NAUDÉ apud COELHO, 1997).

Ainda, Naudé manifestou o entendimento de que a biblioteca deveria atender ao público que a ela recorresse. Ela não pertenceria, assim, ao *diretor das leituras*, o bibliotecário, mas sim cuidada e gerida por ele, para o interesse dos leitores. Dessa

---

<sup>5</sup> Em português-brasileiro, *Conselhos para formar uma biblioteca*, como intitulou-se a obra no Brasil, reeditada com tradução por Antonio Agenor Briquet de Lemos (NAUDÉ, 2016).

forma, a biblioteca "[...] devia abrir-se ao público e não constituir lugar de retiro e exercício de prazeres materiais para uma ou pouquíssimas pessoas." (COELHO, 1997, p. 77). Tal abertura também deveria ser relativa ao acervo que constitui a biblioteca, pois "[...] a opção era admitir, na biblioteca, o maior número possível de catálogos que dissessem, ao [leitor] interessado, onde poderia encontrar a obra buscada se ela não existisse naquele lugar." (ibidem, p. 77).

Já no século XVII a ideia de biblioteca era a de um espaço responsável pela guarda de "[...] obras seletas que satisfaziam as paixões bibliográficas." (ibidem, p. 77). Tais objetos deveriam possuir duas características, raridade e luxo, que determinavam a dignidade de permanecer ou não no acervo.

Um século depois, a biblioteca possuía seu significado caracterizado através da ordenação que lhe é dada, que diz respeito à organização dos materiais presentes em seu acervo. A partir de então há uma ordem mais bem trabalhada e conduzida pelos então bibliotecários, que já acumulavam repertórios de trabalhos com esses espaços desde antes mesmo do Antigo Regime. Como cita o historiador Barbier a partir do verbete da *Encyclopédie*<sup>6</sup>: "Biblioteca, conforme o sentido literal da palavra, significa um lugar destinado para a colocação de livros. Uma biblioteca é um local mais ou menos vasto, com prateleiras ou armários onde *os livros são ordenados em diferentes classes...*" (BARBIER, 2018, p. 17, grifo nosso). Vê-se que a biblioteca existe concomitantemente à sua ordem de organização, assim como a presença do bibliotecário que a organiza.

---

<sup>6</sup> Palavra em original no idioma francês para a *Enciclopédia*.

A partir dos ideais iluministas, no século XVIII e ainda no início do século posterior, XIX, a biblioteca configurou-se como espaço para a circulação das “luzes” da revolução. Os acervos abertos indicavam a possibilidade de circular os livros que, sendo revolucionários, de autores como Jean-Jacques Rousseau, um dos principais filósofos do Iluminismo, ou mesmo obras como a *Encyclopédie*, não seriam facilmente encontradas caso não estivessem organizadas como parte de um acervo de biblioteca (MORAES, 2006).

## 2 BIBLIOTECA PÚBLICA NO BRASIL: ORIGENS E FUNDAMENTOS

---

No que tange à história das bibliotecas no contexto brasileiro, são poucas as pesquisas desenvolvidas, sobretudo por bibliotecários. Nas pesquisas produzidas destacam-se os historiadores; apesar de tema da maior importância, os campos da Biblioteconomia e mesmo da Ciência da Informação abastecem-se de “[...] estudos tecnológicos, disputas terminológicas e toda a sorte de análises que priorizam a discussão, à luz da bibliografia contemporânea, sem recorrer a estudos e práticas do passado.” (AZEVEDO, 2012, p. 3). Tal inferência pôde de se dar a partir da análise do ensino da história do livro e das bibliotecas em grande parte dos cursos de biblioteconomia no Brasil (SILVA; OLIVEIRA, 2019), em sua maioria compostos apenas por uma disciplina no currículo a respeito da temática que deve abarcar um grande e vasto conjunto de informações a serem repassadas em torno de um semestre – tempo insuficiente para tanto.

Observa-se essa escassez, por exemplo, ao realizar pesquisa pelo termo-assunto "História das bibliotecas" na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), que possui trabalhos indexados de 1972 até o presente momento. Mesmo levando em consideração esse termo em vista do Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação (PINHEIRO, FERREZ, 2004, p. 40), que o aponta como descritor e, portanto, um termo importante para os estudos da área, apenas 50 trabalhos são retornados pelo mecanismo de busca até a escrita deste trabalho, sendo parte, inclusive, feita pelos mesmos autores.

A ausência de disponibilidade de conteúdo quanto a esses assuntos já era citada por Rubens Borba de Moraes em *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*, obra publicada primeiramente em 1979:

Infelizmente muito pouco foi feito nesse sentido [de pesquisas sobre a história das bibliotecas]. Poucas são as pesquisas realizadas, raros os documentos publicados. Não houve ainda uma investigação sistemática nos arquivos e bibliotecas de Portugal e do Brasil com a finalidade de esclarecer o papel que o livro [por conseguinte a biblioteca] desempenhou na história da nossa cultura. (MORAES, 2006, p. 1).

Ainda em outros momentos do texto, o autor comenta: “A história do livro e das bibliotecas no Brasil é tão pouco sabida que me parece necessário começar por estabelecer fatos.” (ibidem). Aqui parte-se do mesmo princípio.

Tais desconhecimentos desdobram-se pela ausência de documentos e registros das atividades das bibliotecas no contexto dos *Brasis* Colônia e Império. Apesar das pesquisas em História sobre a circulação de livros, poucas são as que contemplam a biblioteca – sua estrutura, coleção e leitores – como objetivo privilegiado. Um exemplo disso é o trabalho de Deaecto (2019).

Entre outros trabalhos que percorrem a missão de biografar as bibliotecas brasileiras encontra-se o trabalho de Suaiden (1980, p. 5-12), que logo no início de sua pesquisa lista as aberturas de algumas das bibliotecas públicas no Brasil Colônia e Império, abarcando as décadas de 1810 a 1880. Contudo, algumas são ignoradas pelo autor, sendo uma delas objeto de pesquisa deste trabalho.

Já nos Oitocentos a primeira biblioteca pública do Brasil, como também da América Latina, foi fundada na Bahia, em 1811 (MORAES, 2006, p. 152)<sup>7</sup>. A constituição da biblioteca soteropolitana deu-se a partir da vontade civil, com pontapé de um senhor de engenho, Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco. Ele, que não só se interessava pela instrução dos homens da primeira capital do Brasil, produziu e institucionalizou esse interesse num documento intitulado *Plano para o estabelecimento de huma biblioteca publica na cidade de S. Salvador Bahia de todos os santos* [que foi] *offerecido à aprovação do illustrissimo e excellentissimo senhor conde dos Arcos, governador, e capital general desta capitania*<sup>8</sup> [sic] (MORAES, 2006, p. 152). No documento, Castelo Branco expressava a sua vontade de que todos os cidadãos pudessem participar da formação da biblioteca, cooperando em conjunto para o estabelecimento das ações e atividades da biblioteca na cidade.

O caráter público dessa biblioteca, então, dá-se justamente de outro modo do que aquele posto a partir da segunda metade do século XIX, ou seja, não pela utilização de recursos financeiros e patrimoniais administrados e negociados pelo Estado, mas sim pela participação direta da população em manutenção do equipamento (LESSA, 2021).

---

<sup>7</sup> Como relembra Rubens Borba de Moraes (2006), a Biblioteca Real, trazida de Portugal para o Brasil pela corte em 1808, com fundação oficial em 1810 (SCHWARCZ; AZEVEDO; COSTA, 2002), não deve ser considerada a primeira do Brasil pois ela já existia do outro lado do Atlântico.

<sup>8</sup> Texto disponível para consulta em microfilme e impresso no acervo de obras raras da Biblioteca Nacional. De forma online, disponível em: [http://acervo.bn.br/sophia\\_web/acervo/detalhe/1247406](http://acervo.bn.br/sophia_web/acervo/detalhe/1247406). Acesso em: 08 jan. 2022.

Em conformidade à aprovação do príncipe regente para o funcionamento de uma tipografia meses antes no mesmo ano na cidade de Salvador, Castelo Branco afirmou em seu plano que somente a possibilidade de impressão de livros não era o suficiente para que os cidadãos entrassem “em relação de idéias [sic] com os escritores da Europa” (ibidem). Para a constituição de espírito guiado pelas luzes e pela verdade – com evidente inspiração em ideias iluministas – uma biblioteca era necessária.

Para tanto, Castelo Branco não dispensou esforços em reunir um acervo bibliográfico vindo de Londres, por exemplo, de onde deveriam ser trazidas as melhores revistas disponíveis na época (MORAES, 2006, p. 153); ainda, no documento, propôs indicações de como os materiais deveriam ser conservados e organizados, quem faria esse tratamento e em que lugar a biblioteca seria disposta. Com sua aprovação, impressos do documento circularam pela cidade de S. Salvador, publicados pela tipografia de Silvia Serva que havia iniciado suas atividades pouco antes da biblioteca (AZEVEDO, 2012; MORAES, 2006).

Como resultado,

Em poucos dias se achou aquele estabelecimento com fundo de 3:261\$000 réis em dinheiro e 3 000 volumes entre os quais se compreendiam 80 de escolhidos autores pertencentes ao conde dos Arcos [nome para o cargo de presidente da província de S. Salvador] conquanto pelo tempo adiante os tornasse a haver a si em consequência de ter sido meramente a sua prestação um meio de adquirir a doação de outros de pessoas particulares. (SILVA, 1826, p. 310 apud MORAES, 2006).<sup>9</sup>

Coleção adquirida e processos de conduções administrativas cumpridos, a biblioteca iniciou suas atividades em 4 de agosto de 1811 no antigo colégio dos Jesuítas e por dois séculos reserva-se como “[...] um importante espaço de leitura e circulação de livros e ideias [...]” (AZEVEDO, 2012, p. 20).

Outras bibliotecas foram construídas no Brasil nos Oitocentos. Suaiden (1980) indica algumas numa breve lista que, até então, não contemplava a primeira biblioteca de São Paulo, aberta a partir do acervo do convento franciscano e de outros livros que o Presidente da província, Lucas Antônio Monteiro de Barros, conseguira coletar para o projeto de constituição da biblioteca.

---

<sup>9</sup> SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Memorias historicas e politicas da provincia da bahia* (v.1). [S. Salvador] Bahia: Typographia do Correio Mercantil, de Précout E. C., 1835. A fim de não se cometer erros na transcrição, preferiu-se utilizar do escrito pelo Rubens Borba de Moraes (2006) do que no material original (com digitalização danificada no dia da consulta à versão digitalizada), disponível para consulta no Acervo Digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6714>. Acesso em: 08 jan. 22.

**Figura 1:** Bibliotecas públicas brasileiras abertas no século XIX

<b>Biblioteca</b>	<b>Data de fundação</b>
Biblioteca Pública da Bahia	4 de agosto de 1811
Biblioteca Pública do Estado de Maranhão	29 de setembro de 1829. Abertura oficial em 03 de maio de 1831
Biblioteca Pública Epiphânio Dória do Estado de Sergipe	1848
Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	1852
Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina	1855
Biblioteca Pública do Espírito Santo	1855
Biblioteca Pública do Estado da Paraíba	1857
Biblioteca Pública do Paraná	1857
Biblioteca Pública do Estado de Alagoas	1865
Biblioteca Pública do Estado do Ceará	1867
Biblioteca Pública do Estado do Amazonas	1870
Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul	1871
Biblioteca Pública e Arquivo do Pará	1871
Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro	1873
Biblioteca do Piauí	1883

**Fonte:** Produzido por nós baseado em Suaiden (1980)

Mesmo com o significativo número de bibliotecas abertas, as fundações dessas instituições não eram sempre conduzidas com o cuidado necessário. Como apontado por Suaiden (1980), essas bibliotecas foram abertas, em sua maioria, sequer com planejamento de espaço para boa disposição do acervo e de sua consulta. Além disso, por vezes o quadro de funcionários – mesmo quando possuía bibliotecário – era precário e, assim, o cuidado para com o acervo também.

Apesar do “descuido”, tal quadro faz sentido de acordo com o que se vê identificado pelas pesquisadoras Marisa Lajolo e Regina Zilbergman (1996) ao pesquisarem sobre a formação da leitura no Brasil e reconhecerem o fortalecimento da leitura com o aumento do número de instituições de leitura, como a biblioteca, a partir da década de 1840.

A aclamação da necessidade de bibliotecas no período citado deu-se, sobretudo, pelo reconhecimento por parte da classe política da necessidade de haver cidades com populações instruídas para o crescimento econômico das regiões pois, assim, poderia se estimular o desenvolvimento de mais instituições de ensino e de mais repartições da nova burguesia. Partiu desse precedente a abertura da primeira biblioteca pública de São Paulo. Em outros momentos, como no caso da Biblioteca da Bahia, pela sociedade civil, que também operou o mesmo reconhecimento.

Essa necessidade da leitura e do acesso ao livro instituiu-se no Brasil através do processo de séculos de colonização portuguesa, no qual, juntamente com a catequização da população, as ordens católicas presentes no país – Beneditinos, Carmelitas, Franciscanos e Jesuítas – esforçaram-se para facilitar o acesso à palavra escrita (SUAIDEN, 2000). Evidentemente, tal acesso dizia respeito às atividades contempladas pela fé católica

a serem desempenhadas por uma população com grandes índices de analfabetismo (FERRARO, 2002).

Dessas ordens, a que mais se destacou foi, provavelmente, a dos Jesuítas, tendo sido a primeira a organizar um sistema de ensino (CASTRO, 2005). Também foram os Jesuítas dos principais responsáveis pelo aumento da circulação de livros desde a chegada da corte ao Brasil, pois requeriam à Corte impressões da recém-instalada Imprensa Régia que, apesar de potencialmente facilitadora da impressão no país, foi mantida “cercada” pelos colonos até a independência (CASTRO, 2005).

Vale ressaltar que durante esse processo de colonização a preocupação com a língua portuguesa e o acesso à leitura eram dados, basicamente, com fins de subjugação cultural e ideológica dos colonizadores sobre os colonizados.

### 3 A PAULICÉIA OITOCENTISTA

---

Em janeiro de 1532, fora fundada a Vila de São Vicente, reconhecida como nascente do Estado de São Paulo (ELLIS, 1975). Antes casa de indígenas, depois morada de colonos vindos da Europa, e hoje região metropolitana da Baixada Santista.

Entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú, a quilômetros da Vila de São Vicente, em 1554 fora fundada outra parte do que tornar-se-ia a capital desse Estado de São Paulo que, até os Oitocentos, não figurava entre as principais regiões do Brasil. O clima da região não chamava atenção dos colonos que preferiam cidades mais próximas às praias, como São Vicente e outras cidades litorâneas, como é possível perceber em fala exposta na primeira *Assembléia [sic] Nacional Constituinte* de 1823, a ser destacada posteriormente no corpo do texto.

As principais descrições da província de São Paulo oitocentista, sobretudo o da sua capital de mesmo nome, foram feitas pelos viajantes que no período por ela passavam. Uma dessas descrições é a imagem das paisagens vindo do litoral do Rio de Janeiro em direção à cidade de São Paulo, comentada por Maria Luiza Marcílio (1973), baseada em J. Wave (1944, p. 78):

O viajante dos primeiros decênios do século XIX, vindo do litoral e querendo conhecer a cidade de São Paulo, se tomasse o caminho do Rio de Janeiro para São Paulo, desfrutaria da melhor vista de conjunto da capital. Com efeito, depois de ultrapassar a Igreja da Penha sobre sua pequena colina, ele descortinava, ao longe, o sítio inteiro da cidade. Sobreposta sobre outra colina, São Paulo aparecia-lhe dominada pelas torres de suas oito igrejas, seus dois conventos e seus três mosteiros. (MARCÍLIO, 1973, p. 10).

São Paulo, que na época figurava como um pequeno aglomerado urbano, tinha entre 10 e 20 mil habitantes livres (não escravizados) (DEAECTO, 2019, p. 227). Estava, por assim dizer, descoberto quanto ao seu próprio espaço. As colinas disputavam o horizonte da cidade e o centro, que ainda estava por nascer, não se realizava em mais do que poucos prédios de ordens religiosas que permaneceriam os mesmos até a segunda metade do mesmo século.

O primeiro prédio vinculado a uma ordem religiosa em São Paulo foi aquele que justamente demarcou o ponto zero da cidade: o Pátio do Colégio, instalado pelos jesuítas em 25 de janeiro de 1554.

Em sua fundação, os jesuítas tiveram o “auxílio” das tribos indígenas das quais tornaram-se próximos. A historiadora Marcílio relembra dos primeiros anos de existência da cidade, nos quais a relação entre os padres e os indígenas foram motores para o enfrentamento do que, já naquele século, seriam as dificuldades de instalação de uma cidade no interior do Brasil.

A pequena população já estava em declínio. A varíola que dizimava os habitantes indígenas juntava-se aos ataques sofridos pelos colonos. Além disso, o plano de convivência como iguais dos jesuítas em nada fora bem-visto pelos colonos, que compartilhavam da opinião de também escravizar esses habitantes já existentes no que tornar-se-ia solo brasileiro séculos depois.

Com a sobrevivência dos indígenas, ainda que diminuta, no século posterior, São Paulo começou a chamar atenção justamente por esse pouco número significar mão-de-obra barata. A agricultura parecia, então, impulsora do crescimento da ainda pequena urbe.

Rumemos à São Paulo dos Oitocentos.

A descrição da capital da província citada anteriormente é similar ao que vemos na pintura de Edmund Pink, datada do início do século XIX.

**Figura 2:** Pintura de São Paulo no início do século XIX



**Fonte:** Edmund Pink (1823). Acervo do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand.

Nela, vemos a ainda *inicial* exploração do espaço. São Paulo possuía poucas possibilidades de caminho. São os números de 1823 em torno de quatro dezenas de vias públicas, sendo 23 ruas, 10 travessas e 6 becos (MARCÍLIO, 1973).

Extratos da economia da época apresentam um pontapé econômico sob o desenvolvimento do comércio de gado a partir de 1819 (NASCIMENTO, 2011). Ocorre que esse início só tornar-se-ia robusto décadas depois, em 1860, quando o número de animais comercializados subiria para 40 a 60 mil muares. Antes, a agricultura era a forma principal de movimentação econômica da província paulistana:

[...] crescimento e crise formavam, ao que parece, termos complementares na história das regiões e das cidades da província de São Paulo no século XIX. A economia dependia da agricultura, que vivia do aproveitamento dos solos virgens conquistados às matas, por sua vez derrubadas a golpes de machado e, em seguida, queimadas. (NASCIMENTO, 2011, p. 25).

Corroboram para tanto os dados do ano de 1829, investigados pelos pesquisadores Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein (2019) a partir de documentação da época, que mostram que dos 40 mil domicílios paulistanos um pouco mais da metade (24 mil) eram resididos por pessoas que trabalhavam na agricultura.

Um outro fator considerável da evolução econômica de São Paulo era a sua produção cafeeira que, muito embora não tenha se tornado a única cultura na província, foi um dos principais motores da economia paulistana.

Desses tantos trabalhadores da agricultura supracitados, colonos, uma grande parcela destinava atividades de suas lavouras para a produção de café. Sobretudo gerado por mãos escravizadas, o café na província de São Paulo estava por ser produzido pelos 1.725 dos 40 mil domicílios paulistanos. Outra das principais culturas era o açúcar.

Nesse mesmo ano [1829], havia 585 fazendas produtoras de açúcar na província, com 18.000 escravos e, em média, 31 cativos por engenho. Junto com esses lavradores de cana e senhores de engenho, 316 agricultores produziram aguardente feita com cana-de-açúcar, dos quais 84% possuíam escravos, com uma média de 12 cativos por propriedade. (LUNA; KLEIN, 2019, p. 36-37).

A produção de açúcar em São Paulo caracterizou-se, sobretudo, por ser contínua, juntamente com a do café. No entanto, não significou uma produção de nível equiparado. Posteriormente, em menos de dez anos, a produção de café aumentou sete vezes, enquanto a do açúcar em torno de duas vezes (LUNA; KLEIN, 2019).

A reboque desse crescimento, São Paulo tornava-se centro de uma das principais discussões do império recém-nascido: a da criação de uma universidade brasileira. De forma oficial, discutiu-se quanto a esse tema na primeira *Assembléia [sic] Nacional Constituinte*, realizada em 14 de julho de 1823.

A cidade de Coimbra ainda era o destino dos jovens *brasileiros* que queriam – e podiam – estudar, o que desbastava do novo império brasileiro intelectuais que produziram aqui em solo nacional. Fazia falta uma escola universitária brasileira.

A província de São Paulo, em especial sua capital, não se caracterizava por uma vida dita cultural de grandes atos. Relatos de viajantes da urbe mostram que pouco se falava pelas quase quarente vias da cidade: “Quem poderia acreditar que a sede de São Paulo fosse tão deserta e morta?”, diz Wilhelmine Langsdorff<sup>10</sup> em abril de 1826 (DEAECTO, 2019). Esse silêncio só foi derrubado quase dois anos depois, quando em 1 de março de 1828 começou a funcionar a Academia de Direito nas instalações franciscanas presentes no centro de São Paulo, e que antes havia sido habitada pela primeira biblioteca pública oficial paulistana.

---

<sup>10</sup> Cônjuge do explorador, médico e naturalista alemão Georg Heinrich von Langsdorff que veio para o Brasil, inclusive à São Paulo, no início do século XIX (DEAECTO, 2019).

## **4 HABEMUS UMA BIBLIOTECA PÚBLICA EM SÃO PAULO**

---

### **4.1 Antecedentes históricos à fundação**

Anterior à Biblioteca Pública Oficial, não há relatos em São Paulo de uma biblioteca oficialmente pública. A única estrutura que poderia receber essa nomenclatura – dada as contextualizações quanto ao que era tal estabelecimento – era a própria “livraria” dos padres franciscanos no centro da cidade de São Paulo. Seus quase dois mil livros eram dispostos para o próprio clero que ali residia e aos possíveis estudantes da província que se achegassem ao convento a fim de utilizar seus materiais. É sabido que em 1821 essa franciscana “livraria”, ou mesmo por vezes chamada de sala de leitura, funcionava das 8h às 11h da manhã e tinha o objetivo de ser aberta a toda “gente de leitura” da cidade (DEAECTO, 2019).

Todavia, houve um plano de instalação de uma biblioteca pública na província de São Paulo anterior àquela abarcada por esta pesquisa. De acordo com o José Pedro Leite Cordeiro (apud ELLIS, 1954, p. 390)<sup>11</sup>:

[...] houve um projeto de instalação de uma [biblioteca pública] no palácio episcopal a ser construído, quando do estabelecimento da diocese de São Paulo em 1745. A planta ou risco do referido palácio, feita sob ordens do primeiro bispo [de São Paulo], D. Bernardo Rodrigues Nogueira, traz no andar superior uma repartição destinada à “Casa das Livrarias”. (CORDEIRO, 1954 apud ELLIS, 1954, p. 390).

---

<sup>11</sup> A obra de J. P. L. Cordeiro citada por Myriam Ellis é *Novos documentos sobre o Palácio Episcopal e o 1.º Bispo de São Paulo*, presente numa coletânea de textos publicados em São Paulo em 1954. Apesar do texto ser do mesmo ano do trabalho da própria Ellis, utilizou-se a transcrição da historiadora pois o material citado por ela não foi achado nas fontes de informações utilizadas para esta pesquisa.

Tal estabelecimento não foi erguido e o projeto de biblioteca pública só retornou a ser discutido quase um século depois.

Os franciscanos, por sua vez, trabalharam para a institucionalização da leitura e dos bens literários no Brasil. Como contam Ana Luiza Martins e Heloisa Barbuy (1998), desde que a ordem obtivera em 1624 do Rei Felipe III de Portugal autorização para instalação de conventos, foram construídos três grandes conventos no Brasil caracterizados e reconhecidos pelas boas e grandes bibliotecas, ao menos em quantidade de acervo para a época. Havia um convento em Salvador, um no Rio de Janeiro e dois em São Paulo (MORAES, 2006, p. 17).

O convento franciscano, mais modesto, na província de São Paulo era o de Itanhaém, no litoral. Sua biblioteca – que não detinha o caráter público pois tratava-se mais de uma biblioteca para fins religiosos da ordem do que da população em geral – era guardada pelo frei José de Santa Ângela (MORAES, 2006, p. 17), usada, em especial, para o ensino da leitura às caixaras da região.

Constavam ali 263 volumes com temáticas católicas, principalmente sermões. A relação completa desses livros pode ser consultada na obra de Benedicto Calixto (1895).

O convento passou por dificuldades com o acervo desde que fora fundado em 1654. Dois séculos depois, em 1825, o frei que cuidava do espaço informava quanto à situação da livraria-biblioteca: “[...] está muito destroçada e melhor estaria se não a desmanchassem há muito para tirar-lhe o papelão das capas para fazer caixas e bocetas.” (MORAES, 2006, p. 17).

A quilômetros do litoral, no centro da província, havia outro convento franciscano, maior e mais famoso, localizado no Largo de São Franciscano, reconhecido na história por habitar desde 1827-28 a primeira faculdade de Direito do Brasil.

Assim como a biblioteca da Bahia, a de São Paulo fora erguida a partir do desejo de melhorar a instrução dos habitantes que na província viviam, uma pequena urbe, onde poucos sabiam ler e escrever.

Tal quadro não impressionava àqueles que disputavam em que província seria instalada a *Universidade do Brasil*. São Paulo era demasiada vazia e, em comparação às grandes regiões do Brasil, como Bahia, Rio de Janeiro, e até mesmo Minas Gerais, figurava pouco nas decisões da colônia.

Ainda assim, o plano de criação da Universidade dizia respeito “[...] a um anseio de progresso intelectual e político que se enquadrava na concepção do Brasil como um povo livre e soberano” (BEFFA; NAPOLEONE, 2003, p. 173), mantendo disputas entre os presidentes das províncias e Lucas A. M. de Barros, Presidente de São Paulo, que vira na criação de uma biblioteca pública a possibilidade de melhor desenvolver a região que geria a fim de trazer a universidade para São Paulo.

Nas palavras do Presidente da província:

das Artes e Sciencias, de que dimanão tantos bens aos Povos, e vendo a solitudine, com que sua Magestade o Imperior Tem protegido a Instrucção, e Litteratura n’este Imperio [...]. (ELLIS, 1957, p. 388).

O auge das discussões sobre a criação da universidade do Brasil ocorreu na Assembleia Constituinte de 1823. Na ocasião, os presidentes das províncias apresentaram argumentos para levar uma escola superior às suas capitâneas. Contudo, nada foi feito e só um século depois o Brasil possuiria uma universidade, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, pelo Decreto 11.530, de 18 de março de 1915.

O que se sucedeu em São Paulo fora a criação da Academia de Direito, em 1827, com início das suas atividades em 1828, a partir do Decreto-Lei 11 de agosto de 1827, apesar dos contra-argumentos: “a) o clima da Capital era péssimo; b) falava-se aqui uma linguagem feia; c) o acesso era difícil, dada a nossa [de São Paulo] situação geográfica.” (LEITE, 1971, p. 453).

Por esse decreto, o imperador D. Pedro I criou os primeiros cursos de Direito do Brasil – um em São Paulo e outro em Olinda. O de São Paulo, instalado nas propriedades franciscanas, teve sua localização dada em função da recém-criada biblioteca pública. A Academia de Direito, nesse sentido, foi anexada às dependências da biblioteca a fim de abarcar aquela instituição que moveria a cidade de São Paulo para o seu crescimento: a Academia de Direito (HALLEWELL, 2012, p. 335).

A biblioteca pública, então, fora a instituição que situou São Paulo como possível morada para os primeiros ensinos universitários brasileiros. Por decreto, foi fundada em 24 de abril de 1825 pelo então Presidente da província no convento franciscano presente no centro de São Paulo, no Largo de São Francisco.

O decreto ainda é um documento desconhecido. Apesar disso, a institucionalização da biblioteca é, mesmo que sutilmente, reconhecida na literatura. Nela, inclusive, por vezes se lê “Biblioteca Pública de São Paulo” ou mesmo “Biblioteca Oficial de São Paulo”, quando não a versão completa, “Biblioteca Pública Oficial de São Paulo”.

Assim, a antiga morada da “livraria” dos franciscanos deu espaço à biblioteca pública da província. O convento já era característico da cidade e se tinha trânsito por ele (MARTINS; BARBUY, 1998); contudo, a biblioteca erguia a possibilidade de

ser um espaço reservado para a troca de ideias como nenhum outro lugar da urbe.

## 4.2 Do acervo

Quanto aos primeiros livros do acervo, há uma quantidade média pontuada na literatura. O antigo professor e diretor da Academia de Direito de São Paulo, Spencer Vampré (1997) pontua cinco mil exemplares. Todavia, constam cerca de 4.200 obras, segundo o inventário realizado pelo primeiro bibliotecário da instituição<sup>12</sup>.

Os primeiros 1548 volumes dos quase cinco milhares vieram do acervo de Cúria que, por sua vez, os recebeu após o falecimento do dono, D. Frei da Ressureição em 1798, quando seus livros foram levados à biblioteca (MORAES, 2006).

Parte desse material foi possuído pelos bispos posteriores a D. Frei. Verifica-se, por exemplo, que esses livros passaram para D. Mateus de Abreu Pereira, quarto bispo de São Paulo (MORAES, 2006).

[...] provável que a livraria de D. Mateus tenha sido beneficiada pelo espólio do bispo D. Frei Manuel da Ressureição, que o antecedeu na diocese de São Paulo. Este prelado expressara a vontade de que seus livros fossem conservados na mitra. Como o prédio do seminário não demorou a ser ocupado pela administração pública [...] pode ser que o novo bispo [...] tenha guardado consigo os livros de seu antecessor. (DEAECTO, 2019, p. 79).

---

<sup>12</sup> O referido inventário está localizado no Arquivo Nacional do Brasil. Caixa 364, documento de número 5. Via *internet*, pode ser consultado na digitalização trazida na pesquisa de Ellis (1954, p. 407-447). Uma análise de boa qualidade desse material foi realizado por Leonardo Gonçalves Silva e José Fernando Modesto da Silva (2016).

Nesses livros, presenças notáveis são os autores franceses da época como Condillac, D'Alembert, Lesage, Mably, Montesquieu e Voltaire. Os temas mais vistos são História Antiga e Geografia, o que é curioso, em função da origem do proprietário do acervo, homem ligado à fé católica, já que os livros não se circunscreviam à essa temática.

Um acervo mais bem composto por obras religiosas, e que tornar-se-ia parte do acervo da então biblioteca pública da província, estava por ser arrematado pelo presidente, Lucas A. M. de Barros.

D. Luís Rodrigues Vilarés, bispo de Funchal, em seu falecimento, deixara à ordem franciscana um acervo de distintos assuntos para que dele se fizesse bom proveito *público*. Bispo de Funchal, homem letrado, formado em Direito por Coimbra, conhecia D. Frei Manuel da Ressureição.

Da ordem franciscana, o presidente de São Paulo também comprou o acervo para compor a biblioteca que gestava.

Pode-se dizer que os livros que figuravam no acervo da biblioteca evidenciavam a necessidade de adensamento das ideias pós-iluministas e liberais que circulavam nos acervos da época (HALLEWELL, 2012). Em outras palavras, “[...] estas duas bibliotecas, cujo escrutínio privilegiou as grandes linhas de pensamento que marcaram o século XVIII [...] (DEAECTO, 2019, p. 92).

Não foram encontrados dados quanto ao uso do acervo. O que consta na literatura é que a biblioteca era utilizada para fins “acadêmicos” – tal como era possível e por uma minoria da população, vide os baixos níveis de letramento. Da mesma forma, que os livros salvaguardados pelo bibliotecário José Antônio Reis nem sempre voltavam à biblioteca. Havia, inclusive, reclamações

por parte do Presidente da província quanto ao acusado descuido de José para com os livros (BEFFA; NAPOLEONE, 2003), pois ocorriam muitos extravios dos livros, o que pode traduzir um considerável uso do acervo por parte da pequena comunidade leitora paulistana.

### **4.3 O bibliotecário, o primeiro de São Paulo**

O nascimento do primeiro bibliotecário de São Paulo, José Antônio Reis, na literatura, é datado de 17 de janeiro de 1798, na então província paulistana. Há um documento presente no acervo do Arquivo-museu da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, uma espécie de certidão de nascimento manuscrita que dispõe sobre a mesma informação. Infelizmente, como apontado na seção sobre procedimentos metodológicos, devido às obras na infraestrutura do Arquivo-museu, ainda em andamento na data de conclusão desta pesquisa, não foi possível consultar tal documento.

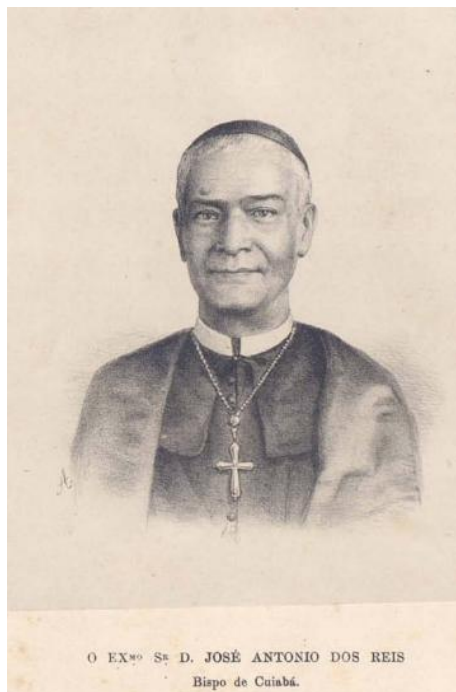
Os pais de José Antônio dos Reis eram Francisco Mendes de Oliveira e Ana Maria Franca, conforme certidão de batismo do referido bibliotecário, datada de 17 de janeiro de 1798, cuja cópia manuscrita (datada de 12 de fevereiro de 1828) mantém-se anexa à Pasta 16 do Arquivo da Faculdade de Direito de São Paulo, em nome de José Antônio dos Reis (Dom). Ano de 1828. (ELLIS, 1957, p. 392).

No entanto, olhando para a literatura (BEFFA; NAPOLEONE, 2003) verifica-se que o primeiro bibliotecário de São Paulo fora um homem de origem pobre, órfão logo cedo, e que ascendeu socioeconomicamente devido à importância dada à sua inteligência por aqueles que o conheciam.

Apesar da extrema falta de recursos que o obrigou a passar fome, a andar descalço, a remendar as próprias roupas e até aceitar esmolas para sobreviver, manteve sua dignidade e não esmoreceu, lutando incessantemente por seu crescimento intelectual e espiritual. (BEFFA; NAPOLEONE, 2003, p. 177).

Em 1813, José Antônio dos Reis inscreveu-se no curso de Filosofia, ministrado pelo então Frei Francisco de Montalverne. Nessa oportunidade, D. Mateus de Abreu Pereira, anteriormente referido como o então bispo de São Paulo, conheceu José, e se entusiasmou com a sua inteligência. Fora o Bispo que, anos mais tarde, indicaria José ao presidente da Província para o cargo de bibliotecário da então nascida Biblioteca Pública de São Paulo (ibidem).

**Figura 3:** Retrato de José Antônio dos Reis



**Fonte:** Moutinho (1869)

Esse trabalho foi exercido por José nos primeiros anos de trabalho da Biblioteca Pública de São Paulo. Da mesma forma, depois de esta ter sido anexada à Faculdade de Direito do Largo São Francisco, até o ano de 1830, quando finalizou seu curso de Direito na Academia de São Paulo (ELLIS, 1954).

Subsequente a isso, José mudou-se para Cuiabá, já graduado em Direito, para exercer o cargo de bispo. Ainda, lá exerceu o cargo de vice-presidente da província de Cuiabá em 1838, e, anos depois, em 1854, foi senador de Mato Grosso. Por fim, morreu em 11 de novembro de 1876, na província que fora bispo até o fim de sua vida (ELLIS, 1954).

Em relação ao trabalho no universo livresco, destaca-se em José o seu pensamento “técnico” bibliotecário para a organização da então recém-aberta biblioteca paulistana. Como citado na subseção anterior, o bibliotecário realizou um inventário logo após o primeiro ano de funcionamento da biblioteca. Isso demonstra não somente uma atitude biblioteconômica em oficializar processos e dinâmicas no espaço em que atuava, como também cuidado com o próprio acervo, apesar da reclamação por parte do presidente da província sobre os ditos extravios do acervo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Apresentam-se aqui breves apontamentos conclusivos do que foi consultado e refletido acerca da história da primeira instituição pública de leitura de São Paulo, que se desdobrou na própria história da cidade, como também na história da instituição *biblioteca*.

Ao revisitar o conceito de biblioteca e do seu caráter público, percebeu-se que a necessidade de ser aberta a *todos* foi posta na história após a reflexão de um bibliotecário sobre ao que a biblioteca, enquanto instituição, respondia.

Caracterizada primeiramente como instituição apenas coletora e guardadora de materiais de memória, tradições, do conhecimento acumulado até então, a biblioteca passou a ser entendida como uma entidade que deveria responder a qualquer público que a ela chegasse. E não podendo responder à necessidade, em suma se não possuísse o livro que o leitor procurasse, que a biblioteca indicasse outro lugar em que ele poderia achar o material buscado.

Tal perspectiva estava ancorada nos ideais do século XVIII, pois, a biblioteca possuía características liberais inerentes à sua formulação naquele tempo histórico. Salienta-se, no entanto, que a sua abertura era, somente, àqueles identificados como cidadãos, indivíduos das classes mais abastadas da sociedade, que, em minoria eram alfabetizados.

Um outro ponto discutido nesta pesquisa foi a contextualização da província paulistana. A cidade aqui pesquisada passava por momentos cruciais da sua história, tanto sobre seu desenvolvimento econômico quanto às questões

culturais. Ainda pequena frente às suas vizinhas brasileiras, a província de São Paulo, a partir de uma perspectiva econômica-liberal, só cresceu quando dispôs de uma escola de ensino superior. E, como visto, a abertura de tal escola só foi possível devido a existência de outra instituição de cultura presente na cidade há pelo menos dois anos: a biblioteca pública.

A abertura dessa biblioteca insere-se em complexo momento no Brasil quando se propagava perspectiva acerca do *locus de cultura*, vinculada a um projeto de estruturação das instituições públicas brasileiras. O tempo histórico da fundação da biblioteca de São Paulo condizia com a efervescência da abertura de bibliotecas públicas ocorridas no Brasil Império nos anos subsequentes, resultado do impulsionamento dos ideais da Independência do Brasil e da formulação de uma identidade nacional sob os preceitos do Iluminismo Luso-brasileiro.

Conclui-se, portanto, que a Biblioteca Pública Oficial de São Paulo possuía características liberais que lhe apontavam como motor da circulação de livros em São Paulo, fortalecida de forma mais efetiva anos depois, com a chegada da Academia de Direito, em 1827. Em função da motivação de criação da biblioteca, essas características reluzem como desdobramentos do projeto instituído pelo então presidente da província paulistana à fundação dessa instituição de leitura.

O projeto oitocentista de uma biblioteca pública em São Paulo constituiu-se como pontapé para o desenvolvimento da cidade que ainda podem ser destrinchados em outros trabalhos. Por ora, pontuam-se as transformações passadas pela instituição da sua fundação, que, em menos de meia década, ao ser anexada a outra instituição, agora de ensino jurídico, respondeu a outras demandas de sua época. A reformulação do seu espaço,

sobretudo do seu acervo, pode ser vista no *Catalogo da Bibliotheca da Faculdade de Direito de São Paulo*, publicado em 1887. Esse espaço de leitura ainda pode ser visitado e utilizado na cidade de São Paulo ao deixar-se levar pelo seu Centro Histórico, no Largo São Francisco. Basta adentrar às arcadas da Faculdade de Direito, subir seus primeiros degraus e direcionar-se à Biblioteca Histórica que ainda reside no local. Nela, encontram-se os primeiros materiais bibliográficos organizados como parte de um acervo de biblioteca em São Paulo, para acesso *público*.

## REFERÊNCIAS

---

ALEXANDRE, Maxwell. Sem título. 2017. Série Laje só existe com gente. 98 x 154 cm.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. 200 anos da Primeira Biblioteca Pública do Brasil: considerações histórico-biblioteconômicas acerca dessa efeméride. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, n. 2, p. 2-25, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/sfGb8cCMK4VCVQcFVYqNtWJ>. Acesso em: 10 jan. 2022.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo; FERREIRA, Frederico Antonio. A pesquisa e a escrita da história das bibliotecas: uma proposta de abordagem metodológica a partir do caso da Bibliotheca Pública da Bahia (1811-1818). In: LESSA, Bruna; LINS, Ivana (orgs.) **Para que serve a biblioteca pública?** Novas configurações para o século XXI. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 209-232.

BARBIER, Frédéric. **História das bibliotecas:** de Alexandria às Bibliotecas Virtuais. Tradução Regina Salgado Campos. São Paulo: EDUSP, 2018.

BEFFA, Maria Lucia; BARBUY, Heloisa. A Biblioteca da Academia de Direito de São Paulo: Acervo e Práticas dos Profissionais do Século XIX. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 35, n. 01, p. 274-295, jan./jun. 2021. DOI: 10.14295/biblos.v35i1.12321.

BEFFA, Maria Lucia; NAPOLEONE, Luciana Maria. Da primeira biblioteca pública oficial da Província de São Paulo à biblioteca da Faculdade de Direito da USP: história da biblioteca e suas origens até a criação da USP. In: BITTAR, Eduardo C. B. (org.). **História do Direito brasileiro:** leituras da ordem jurídica nacional. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 171-186.

BRASIL. **Lei de 11 de agosto de 1827.** Crêa dous Cursos de sciencias Juridicas e Sociaes, um na cidade de S. Paulo e outro na de Olinda. Rio de Janeiro, 02 mar. 1825. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM.-11-08-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-11-08-1827.htm). Acesso em 5 out. 2020.

CALIXTO, Benedicto. **A Vila de Itanhaem**: segunda povoação fundada por Matim Affonso de Souza: Estudos historicos sobre a sua fundação, seu desenvolvimento, sua decadencia, e estado actual. Santos: Typographia do Diario de Santos, 1895.  
Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6726>.  
Acesso em: 09 set. 2021.

CARRANÇA, Thais. Brasil perdeu quase 800 bibliotecas públicas em 5 anos. Fechamentos revertem tendência de anos anteriores: de 2004 a 2011, 1.705 bibliotecas foram criadas no país. Especialistas veem descaso com população mais vulnerável, que não tem acesso a livrarias. **Portal G1**, Educação, s.l., 16 jul. 2022. Disponível em:  
<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/07/16/brasil-perdeu-quase-800-bibliotecas-publicas-em-5-anos.ghtml>. Acesso em: 17 jul. 2022.

CASTRO, César Augusto. Produção e circulação de livros no Brasil: dos Jesuítas (1550) aos militares (1970). **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 20, p. 92-103, 2005. DOI: 10.5007/15182924.2005v10n20p92.

**CATALOGO DA BIBLIOTHECA DA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO**. São Paulo: Typographia a vapor de Jorge Séckler & Comp., 1887.

COELHO, Teixeira. Biblioteca. In: \_\_\_\_\_. **Dicionário Crítico de Política Cultural**: Cultura e Imaginário. São Paulo: Editora Iluminuras, 1997. 383 p.

CRIPPA, Giulia. A ideia de biblioteca pública em um Tratado Biblioteconômico do século XVIII: Paolo Maria Paciaudi e a Constituição da Regina Biblioteca de Parma. In: CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de (org.). **Olhares sobre a atuação do profissional da ciência da informação**. São Paulo: Todas as Musas, 2013, p. 209-225.

DEAECTO, Marisa Midori. **O império dos livros**: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista. São Paulo: EDUSP, 2019.

ELLIS, Myriam. Documentos sobre a primeira biblioteca oficial de São Paulo. **Revista de História**, São Paulo, n. 30, p. 387-447, 2. trim. 1957. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/105391>. Acesso em: 05 jan. 2021.

ELLIS, Myriam. São Paulo, de capitania a província: pontos de partida para uma História político-administrativa da Capitania de São Paulo. **Revista de História**, São Paulo, v. 52, n. 103, p. 147-216, 1975. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1975.133148.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **Manifesto da biblioteca pública**. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PLmanifesto/plmanifesto-pt.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? **Educação & Sociedade [online]**, s.l., v. 23, n. 81, 2002. p. 21-47. DOI: 10.1590/S0101-73302002008100003.

GILBERTO GIL. [Conversa com Gilberto Gil]. 2020. Disponível em: [facebook.com/projetomarieta/videos/338370723917662](https://facebook.com/projetomarieta/videos/338370723917662). Acesso em 06 out. 2020.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. Tradução de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996. (Série Temas, 58).

LEITE, Aureliano. A Faculdade de Direito e a sua importância na História de São Paulo e do Brasil. **Revista da Faculdade de Direito**, São Paulo, v. 66, p. 451-465, 1971. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66638>. Acesso em: 17 jul. 2022.

LESSA, Bruna. Biblioteca pública: do conceito às políticas públicas. In: LESSA, Bruna; LINS, Ivana (orgs.) **Para que serve a biblioteca pública?** Novas configurações para o século XXI. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 15-44.

LIMA, Graziela dos Santos, et. al. Africanizando os acervos: política de gestão de acervos para bibliotecas especializadas na temática afro-brasileira e africana. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 3, set./dez., 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1056>. Acesso em: 11 nov. 2022.

LOURENÇO, Alex; NOGUEIRA, B. VALÉRIO, E. D. A presença negra no desenvolvimento de coleções: um olhar anticolonial sobre memória e história. In: PRADO, Jorge do (org.) **Histórias de comunidades e bibliotecas**. Rio de Janeiro: Malê, 2022.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Klein. **História econômica e social do Estado de São Paulo, 1850-1950**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019. ISBN: 9788540101661. 524 p.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população 1750-1850: com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, EDUSP, 1973.

MARTINS, Ana Luiza; BARBUY, Heloisa. **Arcadas: história da Faculdade de Direito do Largo São Francisco 1827-1927**. São Paulo: Alternativa Serviços Programados, 1998.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **Política e cultura no governo de Dom João VI: imprensa, teatros, academias e bibliotecas (1792-1821)**. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788568576878>.

MILANESI, Luís. **A casa da invenção: bibliotecas, centro de cultura**. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

MILANESI, Luís. Biblioteca pública: do século XIX para o XXI. **Revista USP**, [S.l.], n. 97, p. 59-70, 2013. doi: 10.11606/issn.2316-9036.v0i97p59-70.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. 5. ed. Editora Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos, 94).

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006. 259 p.

MOTA, Tércio; MOREIRA, Osmar. Política cultural no Brasil: retrocessos, resistência e reexistência. **Políticas Culturais em Revista**, [s.l.], v. 12, n. 2, 2019, p. 34-49.  
DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/pcr.v11i2.28706>.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. **Notícia sobre a provincia de Matto Grosso seguida d'um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo**. São Paulo: Typographia de Henrique Schroeder, 1869.

NASCIMENTO, José Leonardo do. **São Paulo no século XIX**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011. (Coleção História Geral do Estado de São Paulo).

NAUDÉ, Gabriel. **Advis pour dresser une bibliothèque**. 1. ed. Paris: Chez François Targa, 1627.

NAUDÉ, Gabriel. **Conselhos para formar uma biblioteca**. Tradução da primeira edição (1627) por Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2016.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; FERREZ, Helena Dodd. **Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro; Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2014.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.

SALDIVA, Paulo Hilário Nascimento; VERAS, Mariana. Gastos públicos com saúde: breve histórico, situação atual e perspectivas futuras. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 92, p. 47-61, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180005>.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo Cesar; COSTA, Angela Marques. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Leonardo Gonçalves; SILVA, José Fernando Modesto da. Análise da descrição bibliográfica do inventário da primeira biblioteca pública de São Paulo. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2016.

SILVA, Leonardo Gonçalves; OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. Presença da disciplina História do Livro nos currículos dos cursos de Biblioteconomia do Brasil nos anos de 1978 e 2018. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 3, set./dez., 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1187>. Acesso em: 08 fev. 2022.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti; ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Apresentação do Dossiê Mulheres, arquivos e memórias. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, p. 19-27, 12 dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i71p19-27>.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/JJCz6RKQhDZNGG6yVdL9pQP>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca Pública Brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: Livros Irradiantes S.A.; Brasília: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1980.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; SMIT, Johanna Wilhelmina. Ciência da informação: pensamento informacional e integração disciplinar. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 1 No 1, n. 1, 2007. doi: 10.5016/brajis.v1i1.30.

**THE PUBLIC LIBRARY SERVICE: IFLA/UNESCO guidelines for development**. Philip Gill, et. al. München: Saur, 2001.

VAMPRÉ, Spencer. **Memórias para a história da Academia de São Paulo**. 2. ed. Brasília: INL, 1997.